

							
legislação	consultoria	assessoria	informativos	treinamento	auditoria	pesquisa	qualidade

Relatório Trabalhista

Nº 073

11/09/97



MANUAL DE PREENCHIMENTO DA GRPS

A Ordem de Serviço nº 170, de 20/08/97, DOU de 03/09/97 (com retificação publicada no DOU em 23/09/97), da Diretoria de Arrecadação e Fiscalização do INSS, aprovou o novo Manual de Preenchimento da GRPS.

Entre outros assuntos, a respectiva OS:

- Extinguiu o código FPAS 752, antes utilizado para recolhimento do 13º salário. Para exercício 1997, deverá ser lançado o código normalmente utilizado (3.5.3);
- Alterou a forma de preenchimento do campo 13 (mês de competência) para recolhimento do 13º salário - 2ª parcela. Para exercício 1997, deve-se preencher o mês de competência 13/97 (3.5.3);
- Esclareceu que, a parcela de 1/12 avos do 13º salário, proveniente ao reflexo do aviso prévio indenizado, a partir da competência agosto/97, passa a sofrer incidência do INSS;
- Esclareceu que, a partir da competência julho/97, as empresas devem trocar o código do SAT pelo CNAE (2.1).

Trouxe ainda, novas instruções sobre:

- Recolhimento Complementar (3.2);
- Compensação e Reembolso (3.3);
- Processo Trabalhista (3.4);
- 13º salário (3.5);
- Produtor Rural (3.6);
- Construção Civil (3.7);
- Associação Desportiva que mantém equipe de Futebol Profissional (3.8);
- Empresa de Trabalho Temporário (3.9);
- Empresa Prestadora de Serviço com Cessão de Mão-de-Obra (3.10);
- Responsabilidade Solidária (3.11);
- Microempresa e empresa de Pequeno Porte (3.12);
- Dissídio Coletivo (3.13); e
- Contribuinte Individual (3.14).

Na íntegra:

Fundamentação legal:

- Lei Complementar nº 84, de 18/01/96;
- Lei nº 8.212, de 24/07/91 e alterações;
- Decreto nº 2.173, de 05/03/97 e alterações;
- Resolução INSS/PR nº 43, de 17/07/91;
- Resolução INSS/PR nº 321, de 04/12/95;
- Resolução INSS/PR nº 408, de 09/12/96;
- Resolução INSS/PR nº 422, de 27/02/97;;
- Resolução INSS/PR nº 454, de 12/06/97.

O Diretor de Arrecadação e Fiscalização do INSS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 175, item III do Regimento Interno do INSS, aprovado pela Portaria MPS nº 458, de 24/09/92;

Considerando a complexidade e as alterações efetuadas na legislação que rege o Custeio da Seguridade Social;

considerando a necessidade de adequar o preenchimento da GRPS, instituída pela Resolução INSS/PR nº 43, de 17/07/91, publicada no DOU nº 151, de 07/08/91 às normas vigentes;

considerando a necessidade de prestar ao contribuinte todas as informações necessárias ao correto preenchimento e recolhimento da GRPS;

considerando que o preenchimento da GRPS de forma correta contribui para melhorar a qualidade das informações necessárias ao INSS, tendo em vista a apropriação da receita previdenciária;

resolve:

1. Aprovar o Manual de Preenchimento da GRPS (Anexo I).
2. Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação, revogada a OS/INSS/DAF nº 73, de 07/04/93, e as demais disposições em contrário.

LUIZ ALBERTO LAZINHO.

ANEXO I

MANUAL DE PREENCHIMENTO DA GRPS

1. INTRODUÇÃO:

Sr. Contribuinte,

Ao INSS compete promover a arrecadação, fiscalização e cobrança de contribuições sociais e demais recursos arrecadados pela Seguridade Social.

As contribuições destinadas ao FPAS e aos Terceiros devem ser recolhidas por intermédio do formulário GRPS.

É da responsabilidade do contribuinte o preenchimento correto da GRPS e sua quitação na rede bancária, no prazo previsto.

A GRPS (Anexos III A e III B) será adquirida no comércio, facultando-se às empresas a utilização de serviço de processamento eletrônico de dados para sua confecção e emissão.

O presente Manual foi elaborado com o objetivo de orientar ao contribuinte sobre o correto preenchimento da GRPS. Em caso de dúvida e/ou necessidade de informações complementares, procure o Posto de Arrecadação e Fiscalização mais próximo e, nas capitais, o Núcleo de Orientação ao Contribuinte e/ou telefone 191(Central de informações da Previdência Social - CIPS). Nas demais cidades do território nacional, ligar para o telefone (061) 8000191.

ZELE PELO PREENCHIMENTO CORRETO, NÍTIDO E PELA GUARDA DA GRPS, POIS ELA É O DOCUMENTO QUE GARANTE A COMPROVAÇÃO DOS SEUS RECOLHIMENTOS PREVIDENCIÁRIOS.

2. PREENCHIMENTO DA GRPS:

A GRPS será preenchida à máquina ou caneta esferográfica preta ou azul, em letra de forma, sem emenda ou rasura, em 2 vias destinadas:

- 1ª - INSS;
- 2ª - Contribuinte.

O recolhimento deverá ser efetuado em estabelecimento bancário conveniado, de livre escolha do contribuinte, dentro do território nacional.

A empresa está obrigada a emitir guias separadas para cada estabelecimento ou obra de construção civil identificados, respectivamente pelo CGC ou CEI.

Os originais das GRPS quitadas deverão permanecer no local onde a empresa centraliza os livros e documentos contábeis para apresentação à fiscalização do INSS, pelo prazo de 10 anos.

Cada estabelecimento manterá cópia da respectiva GRPS.

NOTAS:

1. É obrigação da empresa afixar a última GRPS recolhida no quadro de horário e enviar cópia da mesma ao sindicato da categoria mais representativa entre seus empregados.
2. É facultado às empresas que dispõem de serviço de processamento eletrônico de dados:
 - a) utilizar GRPS em formulário contínuo, previamente impresso, desde que mantidas todas as especificações, conforme modelo, previstas no Anexo III A;

b) confeccionar e emitir GRPS em duas vias, desde que obedecidas as dimensões e disposição de campos constantes, do modelo do Anexo II.

2.1. PREENCHIMENTO DOS CAMPOS

Campo 1	<p>Carimbo Padronizado do CGC:</p> <p>Este campo é exclusivo para colocar o carimbo padronizado do CGC do estabelecimento ou entidade equiparada.</p> <p>NOTAS:</p> <p>1. O preenchimento deste campo pode ser por processamento eletrônico de dados, desde que obedecidas as especificações inerentes à confecção do carimbo de CGC (carimbo padronizado).</p> <p>2. O contribuinte não sujeito ao CGC será identificado pela matrícula CEI (Cadastro Específico do INSS). Neste caso não preencher este campo, mas o campo 10.</p> <p>3. No caso de Obra de Construção Civil, ver subitem 3.7.</p> <p>4. Excepcionalmente, quando a empresa não dispuser do carimbo do CGC, poderá transcrevê-lo à máquina ou caneta esferográfica.</p>
Campo 2	<p>Nome ou Razão Social:</p> <p>Registre o nome, razão social ou denominação social do contribuinte.</p> <p>Vedada a utilização de nome fantasia.</p>
Campo 3	<p>Endereço:</p> <p>Rua, avenida, número e complemento onde se localiza o estabelecimento.</p> <p>No caso de obra de construção civil, informe o endereço da obra (subitem 3.7).</p>
Campo 4	<p>Telefone:</p> <p>Registre o nº do telefone do contribuinte ou de contato.</p>
Campo 5	<p>CEP:</p> <p>Código de endereçamento postal correspondente ao endereço do campo 3, com 08 dígitos.</p>
Campo 6	<p>Município:</p> <p>Nome do município correspondente ao endereço.</p>
Campo 7	<p>U.F.:</p> <p>Sigla da unidade da federação (Estado ou Distrito Federal).</p>
Campo 8	<p>Outras informações:</p> <p>a) Nº de Empregados:</p> <p>Anote a quantidade de empregados ou de trabalhadores avulsos a que se refere o recolhimento.</p> <p>b) Empregados: R\$ _____</p> <p>Registrar o total do salário-de-contribuição, sem limite, dos empregados ou trabalhadores avulsos, na moeda vigente no mês a que se referirem as contribuições.</p> <p>c) Empregadores/Autônomos: R\$ _____</p> <p>Registrar o somatório das importâncias pagas a empresários, autônomos e equiparados a autônomos e demais pessoas físicas, na moeda vigente no mês a que se referirem as contribuições.</p> <p>Nos pagamentos efetuados a trabalhador autônomo e equiparado, em que a empresa optar por recolher 20% sobre o salário-base destes segurados, deverá registrar a base de cálculo ao final deste campo.</p> <p>d) Cód. SAT _____</p> <p>Risco do Seguro de Acidente do Trabalho - SAT.</p> <p>Até a competência 06/97, registrar o código da atividade preponderante que determina o grau de risco do SAT, por estabelecimento. É considerada atividade preponderante do estabelecimento aquela que abrange o maior número de segurados empregados, trabalhadores avulsos e médicos-residentes.</p> <p>A partir da competência 07/97, registrar a alíquota do grau de risco SAT correspondente à atividade preponderante da empresa, de acordo com o enquadramento previsto no ROCSS - Regulamento da Organização e do Custeio da Seguridade Social, aprovado pelo Decreto 2.173/97. Neste caso, considera-se atividade preponderante da empresa (matriz, filiais e obras) aquela que abrange o maior número de empregados e trabalhadores avulsos.</p> <p>NOTA:</p> <p>1. No campo inferior do campo 08, quando for o caso, lançar o total das remunerações pagas a médicos-residentes, autônomos e equiparados quando da opção pelo percentual de 20% e as informações discriminadas previstas nos seguintes subitens:</p> <ul style="list-style-type: none">• 3.2 - Recolhimento Complementar;• 3.3 - Compensação e Reembolso (GRPS Negativa);• 3.4 - Processo Trabalhista;• 3.6 - Produtor Rural;• 3.7 - Construção Civil;• 3.8 - Associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional;• 3.9 - Empresa de Trabalho Temporário;• 3.10 - Empresa Prestadora de Serviço com cessão de mão-de-obra;• 3.12 - Microempresas e Empresa de Pequeno Porte.
Campo 9	<p>Tipo de Identificação:</p>

	Escrever 1 para contribuinte vinculado ao Cadastro Geral dos Contribuintes - CGC e 2 para contribuinte vinculado ao Cadastro Específico do INSS - CEI, de acordo com o contido no campo 10.																	
Campo 10	<p>Identificação:</p> <p>Registrar o número do CGC ou CEI.</p> <p>NOTAS:</p> <p>1. É fundamental que o nº esteja correto e legível, caso contrário, a GRPS não será aceita pela rede bancária.</p> <p>2. Não serão válidos neste campo nº de CPF, inscrição de contribuinte individual ou quaisquer inscrições que não sejam CGC ou CEI.</p>																	
Campo 11	<p>Código FPAS:</p> <p>Lançar o código que identifica as contribuições devidas ao Fundo de Previdência e Assistência Social - FPAS e a Terceiros.</p> <p>Notas:</p> <p>1. O enquadramento no código FPAS é de responsabilidade do próprio contribuinte, de acordo com a atividade de cada estabelecimento.</p> <p>2. Na eventualidade de mais de um código FPAS, preencher uma GRPS para cada código.</p> <p>3. É obrigatório o preenchimento deste campo.</p>																	
Campo 12	Referência - uso INSS: Não preencher.																	
Campo 13	<p>Competência (mês/ano):</p> <p>Informar a competência com 2 dígitos para o mês e 2 dígitos para o ano a que se referir o recolhimento (MM/AA).</p> <p>Notas:</p> <p>1. Vide também os seguintes subitens:</p> <ul style="list-style-type: none">• 3.2 - Recolhimento Complementar;• 3.4 - Processo Trabalhista;• 3.5 - 13º Salário;• 3.13 - Dissídio Coletivo. <p>2. Para o recolhimento das contribuições devidas sobre o 13º salário, até o exercício de 1996, utilizar a competência 12 e o FPAS 752. Exemplo: 12.95; 12.96. A partir de 1997 deverá ser utilizada a competência 13 e o mesmo FPAS da empresa. Exemplo: 13.97 (ver subitem 3.5).</p>																	
Campo 14	Competência - uso INSS: Não preencher.																	
Campo 15	Vencimento - uso INSS: Não preencher.																	
Campo 16	<p>Segurados:</p> <p>Lançar o valor das contribuições descontadas dos segurados empregados e trabalhadores avulsos, respeitado o limite máximo do salário-de-contribuição. O cálculo será feito mediante aplicação dos percentuais, de forma não cumulativa, sobre o salário-de-contribuição mensal em uma ou mais empresas, inclusive os ganhos habituais sob a forma de utilidades, aplicando-se a tabela abaixo emitida pelo INSS e sujeita a alterações sempre que forem reajustados os valores dos benefícios de prestação continuada.</p> <table><tr><th>Salário-de-Contribuição (R\$)</th><th>Alíquota reduzida (%)</th><th>Alíquota normal (%)</th></tr><tr><td>até 309,56</td><td>7,82</td><td>8,00</td></tr><tr><td>de 309,57 a 360,00</td><td>8,82</td><td>9,00</td></tr><tr><td>de 360,01 a 515,93</td><td>9,00</td><td>9,00</td></tr><tr><td>de 515,94 a 1.031,87</td><td>11,00</td><td>11,00</td></tr></table> <p>Tabela divulgada pela PT/MPAS nº 3.964, de 05/06/97. As alíquotas são reduzidas apenas para as remunerações até R\$ 360,00 em função do disposto no inciso II, art. 17 da Lei 9.311, de 24/10/96.</p> <p>Notas:</p> <p>1. Para o cálculo de competências anteriores, observar as tabelas vigentes na época.</p> <p>2. Até 03/94 e a partir da competência 08/95, o aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social - GRPS que exercer atividade remunerada como empregado, está sujeito às contribuições de que trata este subitem.</p> <p>3. Em caso de processo trabalhista observar o subitem 3.4.</p> <p>4. Enquanto vigorar a Contribuição Provisória de Movimentação Financeira - CPMF, as alíquotas sofrerão as alterações de acordo com o quadro anterior.</p>			Salário-de-Contribuição (R\$)	Alíquota reduzida (%)	Alíquota normal (%)	até 309,56	7,82	8,00	de 309,57 a 360,00	8,82	9,00	de 360,01 a 515,93	9,00	9,00	de 515,94 a 1.031,87	11,00	11,00
Salário-de-Contribuição (R\$)	Alíquota reduzida (%)	Alíquota normal (%)																
até 309,56	7,82	8,00																
de 309,57 a 360,00	8,82	9,00																
de 360,01 a 515,93	9,00	9,00																
de 515,94 a 1.031,87	11,00	11,00																
Campo 17	<p>Empresa:</p> <p>Lançar neste campo:</p> <p>1. as contribuições das empresas ou dos contribuintes a elas equiparados, incidentes sobre:</p> <p>a) o total da remuneração, sem limite, paga ou creditada aos segurados e demais pessoas físicas a seu serviço;</p> <p>b) a receita bruta dos espetáculos desportivos de que participem as associações desportivas que mantém equipe de futebol profissional no território nacional e de contratos de patrocínio, licenciamento de uso de marcas e símbolos de publicidade ou propaganda e de transmissão dos espetáculos desportivos;</p> <p>c) a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural.</p> <p>2. A contribuição destinada ao financiamento da complementação das prestações por acidente de trabalho SAT.</p> <p>3. Glosas de valores indevidamente deduzidos ou compensados em GRPS, (subitem 3.2.4).</p> <p>Nota: Vide Compensação e GRPS negativa, subitem 3.3.</p>																	

Campo 18	Terceiros: Lançar o código e as contribuições devidas a entidades e fundos, conforme anexos V e VI. Notas: 1. Registrar corretamente o código (4 dígitos), não desprezando os zeros à esquerda. 2. Não poderão ser objetos de compensação os valores indevidamente recolhidos a terceiros, ver subitem 3.3. 3. Em caso de convênio de arrecadação direta com a entidade ou isenção legal, somar apenas códigos e percentuais das entidades para as quais está sendo efetuado o recolhimento, conforme anexo V.
Campos 19 e 20	Não preencher
Campo 21	Deduções FPAS: Lançar o somatório dos valores pagos a título de salário-família, salário-maternidade e auxílio-natalidade, aos empregados, em conformidade com o Regulamento dos Benefícios da Previdência Social - RBPS. Notas: 1. O Auxílio-Natalidade somente será deduzido para eventos ocorridos até 31/12/95, observada prescrição quinquenal. 2. Os valores não deduzidos em época própria poderão ser objeto de compensação na forma do subitem 3.3. 3. A empresa poderá deduzir a gratificação natalina proporcional ao período da licença maternidade, na GRPS, do recolhimento das contribuições devidas sobre o 13º salário.
Campo 22	Total líquido: Lançar o resultado da soma dos campos 16 a 18, deduzindo o valor do campo 21, ou seja (16 + 17 + 18 - 21).
Campo 23	Atualização Monetária: Lançar, quando for o caso, o valor da atualização monetária calculada sobre o valor do campo 22, ver subitem 3.1.2 e 3.1.3.
Campo 24	Juros/Multa: Lançar, em caso de atraso do recolhimento, a soma dos valores correspondentes aos Juros e Multa, ver subitem 3.2.1.
Campo 25	Total: Lançar a soma dos valores constantes nos campos 22 a 24 (22 + 23 + 24). Não deixar este campo em branco. Nota: 1. É vedado o recolhimento de GRPS com valor total (campo 25 inferior a R\$ 5,00. Neste caso, os valores, sem juros ou multa, devem ser somados às importâncias dos meses seguintes, nos respectivos campos da guia, até resultar numa GRPS de, no mínimo, cinco reais, considerando a última competência para recolhimento.
Campo 26	Autenticação Mecânica. Reservado ao banco. Nota: 1. O contribuinte deverá verificar se o valor autenticado corresponde ao valor total da GRPS, contido no campo 25.

3. ORIENTAÇÕES GERAIS:

3.1. RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES

3.1.1. Prazos:

O prazo de recolhimento das contribuições previdenciárias é o dia 2 do mês subsequente ao da competência, prorrogando-se para o primeiro dia útil seguinte, se o vencimento cair em dia em que não haja expediente bancário na localidade onde a empresa normalmente efetua seus recolhimentos.

EXCEÇÕES:

I - Contribuição sobre a receita bruta do espetáculo de associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional, recolhida pela entidade promotora do evento (Federação/Confederação).
Vencimento: até 2 dias úteis após a realização de cada espetáculo - vide subitem 3.8.

II - Contribuições sobre 13º salário - ver subitem 3.5.5.
Vencimento: até o dia 20 de dezembro, antecipando-se para o dia útil imediatamente anterior, se o vencimento cair em dia em que não haja expediente bancário.

III - Contribuições recolhidas em Guia de Recolhimento do Contribuinte Individual - GRCI/Carnê - ver subitem 3.14.
Vencimento: até o dia 15 do mês subsequente ao da competência, antecipando-se para o dia útil imediatamente anterior se o vencimento cair em dia que não haja expediente bancário na localidade onde o contribuinte normalmente efetua seus recolhimentos.

3.1.2. Recolhimento fora do prazo:

Sobre as contribuições recolhidas após o vencimento haverá incidência de atualização monetária, juros de mora e multa.

3.1.2.1. Atualização Monetária:

Não incide atualização monetária nas competências a partir de 01/95.

A atualização monetária a ser lançada no campo 23 da GRPS será a diferença entre o valor atualizado e o valor líquido constante do campo 22.

O valor atualizado será obtido mediante a divisão do valor originário da contribuição pelo valor da UFIR do 1º dia útil do mês subsequente ao da competência, multiplicando-se o resultado (quantidade em UFIR) pelo valor da UFIR do dia do recolhimento.

3.1.2.2. Juros de Mora:

Calculados sobre o valor da contribuição atualizada monetariamente até a competência 12/94 e a partir 01/95 sobre o valor originário.

De 10/79 a 12/90: 1% ao mês calendário ou fração.

De 01/91 a 12/91: variação da TRD, sobre o valor originário se pago dentro desse período.
Pagamento após esse período, calcular sobre o valor do débito atualizado.

De 01/92 a 12/94:

- 1% ao mês calendário ou fração para pagamentos até 03/97;
- para recolhimentos a partir de 04/97, adiciona-se a taxa SELIC.

De 01/95 a 03/95: aplicar a Taxa Média de Captação do Tesouro Nacional - TMCTN;

A partir de 04/95: aplicar a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

Obs.: No mês do vencimento e no mês do pagamento aplicar juros de 1%.

3.1.2.3. Multas:

I - Competências de 12/91 a 03/97:

- a) 10% sobre os valores das contribuições em atraso que, até a data do pagamento, não tenham sido incluídas em notificação de débito;
- b) 20% sobre os valores pagos dentro de 15 dias contados da data do recebimento da correspondente notificação de débito;
- c) 30% sobre os valores pagos mediante parcelamento, desde que requerido no prazo de 15 dias contados da data do recebimento da correspondente notificação de débito - ou ainda sobre os valores não incluídos em notificação de débito e que sejam objeto de parcelamento;
- d) 60% sobre os valores pagos em quaisquer outros casos, inclusive por falta de cumprimento de acordo para parcelamento e reparcèlement.

II - Para fatos geradores ocorridos a partir de 04/97, de acordo com a tabela abaixo:

MULTAS PARA RECOLHIMENTO ESPONTÂNEO, EM ATRASO		
SITUAÇÃO	PAGAMENTO (%)	PARCELAMENTO (%)
No mês do vencimento	4,0	4,8
No mês seguinte ao vencimento	7,0	8,4
A partir do 2º mês seguinte ao do vencimento.	10,0	12,0

Medidas Provisórias nº 1.571, de 01/04/97 - DOU de 02/04/97 e 1.523-8, de 28/05/97 - DOU de 30/05/97 e reedições.

Notas:

1. O INSS/DAF emite mensalmente e distribui em suas unidades de atendimento, Tabela Prática Aplicada em Contribuições Previdenciárias de cada período (ORTN, OTN, BTN, UFIR) para o cálculo da atualização monetária, juros e multa, inclusive para períodos anteriores à vigência da UFIR, elaborada de acordo com a legislação de regência e os índices ou coeficientes de atualização.
2. Os postos do INSS e as Gerências Regionais de Arrecadação e Fiscalização - GRAF, também dispõem de um programa informatizado denominado Sistema de Acréscimos Legais - SAL, que poderá ser liberado às entidades de classes, empresas de consultoria e escritórios de contabilidade interessados.
3. Campo 8 - Outras informações - lançar nesse campo o salário-de-contribuição na moeda vigente (moeda da época) no mês a que se referirem as contribuições.
4. Campos 16 a 25 - Discriminativo de Valores - em moeda vigente na data do recolhimento, observando-se, no caso de recolhimento em atraso, cada reforma monetária ocorrida no período compreendido entre a competência vencida e a do recolhimento. Havendo perda da expressão monetária, proceder de acordo com subitem 3.1.4.

3.1.3. Recolhimentos de débitos incluídos em Notificação Fiscal de Lançamento de Débito - NFLD ou em Confissão de Dívida Fiscal - CDF.
É vedado ao contribuinte o preenchimento da GRPS, devendo o mesmo comparecer, obrigatoriamente, ao Posto de Arrecadação e Fiscalização - PAF, mais próximo, para emissão de documento de arrecadação apropriado.

3.1.4. procedimento para o cálculo de contribuições em atraso (não incluídas em NFLD):

a) calcular o valor das contribuições aplicando-se as correspondentes alíquotas ao salário-de-contribuição originário, lançado no campo 8 em moeda da época;

b) tratando-se de competência em que vigorava outro padrão monetário, converter as contribuições encontradas na forma acima para a moeda vigente, observando-se cada reforma monetária ocorrida no período, e preencher com o novo padrão (moeda atual) os campos 16 a 25 da GRPS;

c) quando da conversão resultar perda da expressão monetária (valor inferior a um centavo) a GRPS será preenchida da seguinte forma:

Campos 16, 17, 18 e 22 - Registrar: 0,00.

Campo 23 - Atualização Monetária: Lançar o valor atualizado.

3.2. RECOLHIMENTO COMPLEMENTAR

3.2.1. Diferença de contribuição:

Qualquer valor que tenha sido recolhido a menor para a Seguridade Social e/ou para Terceiros será regularizado em GRPS preenchida normalmente, lançando-se no campo 13, o mês e ano a que se refere a contribuição, se for o caso com atualização monetária, juros e multa.

No campo 8, deverá ser informado que se trata de recolhimento complementar.

3.2.2. Atualização monetária e acréscimos legais não recolhidos ou recolhidos a menor:

Exemplo:

Contribuição referente à competência 07/94 e recolhida em 01/09/94 sem os acréscimos legais devidos.

Apuração dos valores de atualização monetária, juros e multa para recolhimento em 02/04/97.

Valor originário = R\$ 10.000,00

Valores da UFIR:

Em 01/08/94: 0,5911 - UFIR do mês do vencimento;

em 01/09/94: 0,6207 - UFIR do mês do recolhimento;

em 02/04/97: 0,9108 - UFIR do mês do pagamento.

Atualização do valor:

$R\$ 10.000,00 : 0,5911 = 16.917,61 \text{ UFIR}$

$16.917,61 \text{ UFIR} \times 0,6207 = R\$ 10.500,76$

Cálculo do valor da atualização monetária:

$R\$ 10.500,76 - R\$ 10.000,00 = R\$ 500,76$

Cálculo do valor da multa $R\$ 10.500,76 \times 10\% = R\$ 1.050,07$

Cálculo do valor dos juros: $R\$ 10.500,76 \times 2\% = R\$ 210,01$

Valores não recolhidos convertidos em quantidade de UFIR:

Atualização monetária: $R\$ 500,76 : 0,6207 = 806,76 \text{ UFIR}$

Multa: $R\$ 1.050,07 : 0,6207 = 1.691,75 \text{ UFIR}$

Juros: $R\$ 210,01 : 0,6207 = 338,34 \text{ UFIR}$

Preenchimento da GRPS para recolhimento em 02/04/97:

Campo 11 - FPAS conforme atividade.

Campo 13 - Competência: Mês/Ano: 07/94.

Campo 23 - Atualização Monetária: $806,76 \text{ UFIR} \times 0,9108 = R\$ 734,79$

Campo 24 - Juros/Multa: $2.030,09 \text{ UFIR} \times 0,9108 = R\$ 1.849,00$.

Campo 25 - Total: R\$ 2.583,79.

3.2.3. Aviso de Acréscimos Legais - ACAL:

O ACAL, composto de discriminativo e de GRPS pré-impressa, é um documento emitido pelo INSS e enviado, via postal, ao contribuinte que recolher a menor ou deixar de recolher a atualização monetária, juros e/ou multa devidos.

Nota:

Em caso de dúvida, ou necessidade de informações complementares, dirigir-se ao Posto de Arrecadação e Fiscalização - PAF do INSS, mais próximo.

3.2.4. Glosa de dedução ou de compensação:

O valor indevidamente deduzido ou compensado pelo contribuinte em GRPS deve ser recolhido, no campo 17, em GRPS específica, preenchendo os respectivos campos com atualização monetária quando for o caso, e com os acréscimos legais devidos.

3.3. COMPENSAÇÃO E REEMBOLSO (GRPS NEGATIVA)

No prazo de 5 anos, a contar da data do recolhimento poderão ser:

- a) compensadas as contribuições, os acréscimos legais e a atualização monetária, recolhidos indevidamente ou a maior;
- b) deduzidos o salário-família o salário-maternidade e o auxílio-natalidade (extinto a partir 01/01/96) não deduzidos em época própria.

3.3.1. Compensação:

3.3.1.1. A importância a ser compensada, não pode ser superior a 30% do valor a ser recolhido em cda competência. Quando a importância a ser compensada for superior a 30%, a compensação poderá ser efetuada em tantos recolhimentos de competências subsequentes, quantos forem necessários.

Observar que o percentual de 30% será calculado considerando-se os seguintes campos da GRPS: 16 + 17 - 21.

3.3.1.2. A compensação somente poderá ser realizada em GRPS do estabelecimento que efetuou o recolhimento indevido.

3.3.1.3. O valor a ser compensado deverá ser subtraído daquele devido no campo 17, e na insuficiência deste, subtrair do campo 16.

3.3.1.4. A GRPS utilizada para compensação deverá registrar obrigatoriamente no campo 8 o valor originário recolhido indevidamente e a competência a que ele se refere, o cálculo da atualização e o total do campo 17.

Os demonstrativos dos valores lançados na GRPS devem ficar à disposição da fiscalização do INSS, por 10 anos.

3.3.1.5. A compensação somente poderá ser feita em GRPS paga até o prazo de vencimento da competência, sobre a qual não incida multa e juros, obedecendo o seguinte procedimento:

- a) competência até 12/94 - atualizar monetariamente desde a data do recolhimento indevido até 31/12/95, utilizando a UFIR de R\$ 0,7952 na conversão para real. A partir de 01/01/96 aplicar a taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia para títulos federais - SELIC;
- b) competência de 01/95 a 11/95 - não existe atualização monetária. Aplicar juros correspondentes a SELIC a partir de 01/01/96. Caso o pagamento das contribuições referentes às competências acima, tenha ocorrido fora do prazo de vencimento e a partir de 01/01/96, aplicar o disposto na alínea "c" deste subitem;
- c) a partir da competência 12/95 - não existe atualização monetária. Aplicar juros correspondentes a 1% no mês do recolhimento indevido e a SELIC a partir dos meses subsequentes;
- d) no mês em que for feita a compensação aplicar juros correspondentes a 1%, nas situações descritas nas letras "a", "b" e "c" desse subitem.

Não pode haver compensação:

- a) de contribuição transferida ao custo de bem ou serviço, oferecido à sociedade;
- b) de contribuição destinada a Terceiros (campo 18), podendo a empresa pedir restituição, diretamente às respectivas entidades e fundos;
- c) quando a GRPS em que se pretende realizá-la não quitar o total da contribuição devida para a competência;
- d) em GRPS recolhida fora do prazo;
- e) quando existirem contribuições em atraso ou qualquer tipo de débito impeditivo;
- f) entre valores de contribuições que não sejam da mesma espécie, assim entendidas aquelas arrecadadas e administradas pelo INSS para a Seguridade Social, excluídas, consequentemente, aquelas arrecadadas pela Receita Federal e as arrecadadas pelo INSS para Terceiros.

3.3.2. Reembolso:

O reembolso referente ao salário-família, ao salário-maternidade e/ou ao auxílio-natalidade não efetuado em época própria poderá ser feito, no campo 21, desde que observado o prazo previsto no item 3.3 e as restrições constantes no subitem 3.3.1.

3.3.3. GRPS negativa:

Quando o valor do salário-família e do salário-maternidade a deduzir no campo 21 da GRPS for igual ou superior ao valor das contribuições devidas (campos 16 + 17 + 18), resultando em saldo zero ou favorável ao contribuinte,

este deverá comparecer ao Posto de Arrecadação e Fiscalização - PAF da jurisdição do seu endereço, para quitação e reembolso, se for o caso. (Ver subitem 2.1, campo 25).

3.4. PROCESSO TRABALHISTA

Nas ações trabalhistas, de que resultar pagamento de remuneração ao empregado, o recolhimento de contribuição será efetuado no dia 2 do mês subsequente ao da liquidação do acordo ou sentença, prorrogando-se para o dia útil seguinte se o vencimento cair em dia que não haja expediente bancário. Se o pagamento da sentença ou acordo for efetuado parceladamente, o prazo para o recolhimento será o dia 2 do mês subsequente a cada parcela, prorrogando-se para o dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não haja expediente bancário na localidade onde a empresa normalmente efetua seus recolhimentos.

3.4.1. Discriminação das parcelas:

Quando no acordo ou sentença não constar, discriminadamente, mês a mês, as rubricas e seus respectivos valores, a contribuição previdenciária incidirá sobre o total do acordo ou sentença.

A fixação de percentuais de verbas indenizatórias e remuneratórias não será considerada como discriminação. Nesta hipótese, a base de cálculo será o total do acordo ou sentença.

Quando constar discriminadamente o valor das parcelas correspondentes a cada mês, a contribuição do empregado será calculada, mês a mês, aplicando-se as alíquotas previstas, de acordo com a faixa salarial, observado o limite máximo do salário-de-contribuição.

Na hipótese de não constar discriminadamente o valor das parcelas mensais, a contribuição do empregado a ser calculada, incidirá sobre o total do acordo ou sentença, aplicando-se a alíquota mínima.

3.4.2. Preenchimento da GRPS:

Preenchida de acordo com as normas gerais - subitem 2, observando:

Campo 8 - Outras informações: Registrar:

- o número do processo e da Junta de Conciliação e Julgamento;
- o nome do reclamante;
- o valor do acordo ou sentença e respectiva data do pagamento.

Campo 13 - Competência (Mês/Ano):

Registrar como competência, o mês do pagamento do acordo ou sentença, ou da parcela, se for o caso.

Notas:

1. O empregador doméstico deverá recolher as contribuições dos acordos ou sentenças, preferencialmente, em GRCI/Carnê, ou, na falta deste, em GRPS-3, em guia única, obtida junto ao Posto de Arrecadação e Fiscalização - PAF jurisdicionante.

2. As microempresas e empresas de pequeno porte que aderirem ao Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições - SIMPLES, deverão recolher as contribuições decorrentes de reclamações trabalhistas, para com a Seguridade Social, observando os seguintes períodos:

a) Fato gerador ocorrido em competências anteriores a 01/01/97, recolher também as contribuições da empresa, SAT e Terceiros;

b) Fato gerador abrangendo período anterior e posterior a 01/01/97, recolher somente as contribuições da empresa, SAT e Terceiros incidentes sobre o período anterior, feito através de rateio;

c) Fato gerador posterior a 01/01/97, não recolher as contribuições da empresa, SAT e Terceiros.

Obs.: As contribuições relativas aos empregados serão devidas em qualquer hipótese.

3.5. 13º SALÁRIO:

3.5.1. Incidência da contribuição:

A contribuição sobre o 13º salário é devida quando do pagamento ou crédito da última parcela, ou na rescisão de contrato de trabalho, e incidirá sobre o valor bruto da remuneração sem a compensação dos adiantamentos pagos. Até 07/97, não incidirá contribuição sobre o 13º salário relativo ao aviso prévio indenizado (1/12 avos), pago na rescisão do contrato de trabalho. A partir 08/97, esta parcela sofre incidência de contribuição.

3.5.2. Contribuição do empregado:

Será calculada em separado da remuneração normal, mediante aplicação das alíquotas correspondentes à faixa salarial, inclusive quando se tratar de 13º salário proporcional na rescisão do contrato de trabalho.

3.5.3. Preenchimento da GRPS:

Até o exercício de 1996:

Campo 11 - FPAS: 752;

Campo 13 - Competência (mês/ano): Utilizar a competência 12. Exemplo: 12/95; 12/96.

A partir do exercício de 1997:

Campo 11 - FPAS: Lançar o código normalmente utilizado;

Campo 13 - Competência (mês/ano): Utilizar a competência 13. Exemplo: 13/97.

Campo 21 - Deduções FPAS: ver subitem 3.5.4.

Os demais campos serão preenchidos de acordo com as regras gerais.

Notas:

1. Na GRPS relativa ao 13º salário não pode haver compensação ou dedução, exceto aquela decorrente do 13º salário proporcional ao salário-maternidade, que será efetuada no campo 21.

2. No caso de rescisão de contrato de trabalho, as contribuições devidas serão recolhidas na forma e nos prazos das contribuições sobre a folha de salários do mês, inclusive as ocorridas no mês de dezembro.

3.5.4. 13º salário proporcional ao período de licença-maternidade:

O valor do 13º salário relativo ao período da licença-maternidade será reembolsado pela empresa, mediante dedução na GRPS, utilizada para o recolhimento das contribuições sobre o 13º salário.

Cálculo:

- a) dividir o valor do 13º salário pelo nº de meses considerados para o seu cálculo;
- b) dividir o resultado da operação anterior por 30;
- c) multiplicar o resultado dessa operação pelo número de dias de gozo de licença-maternidade no ano.

3.5.5. Prazos para recolhimento:

As contribuições incidentes sobre o 13º salário de empregados deverão ser recolhidas até o dia 20 de dezembro.

3.5.6. 13º salário para salários variáveis:

Relativamente aos empregados que recebem salário variável, o ajuste da contribuição decorrente de eventual diferença deverá ser efetuado na competência janeiro do exercício seguinte, na GRPS normal da própria empresa.

3.6. PRODUTOR RURAL

3.6.1. Segurado Especial:

3.6.1.1. Base de cálculo:

Receita bruta proveniente da comercialização da produção rural.

QUADRO RESUMO DE ALÍQUOTAS

FUNDAMENTAÇÃO	PERÍODO	ALÍQUOTAS				FPAS
		PREV SOCIAL	SAT	SENAR	TOTAL	
Art. 25 Lei nº 8.212/91	01/11/91 a 31/03/93	3,0%	-	-	3,0%	744
Art. 1º Lei nº 8.540/92	01/04/93 a 30/06/94	2,0%	0,1%	-	2,1%	744
Art. 2º Lei nº 8.861/94	01/07/94 a 11/01/97	2,2%	0,1%	-	2,3%	744
Art. 25 Lei nº 8.212/91 (*)	12/01/97 a..	2,5%	0,1%	0,1%	2,7%	744

Redação dada pela OS/INSS/DAF nº 159, de 02/05/97 - DOU de 21/05/97 e (*) art. 1º da MP 1.523 de 11/10/96, e reedições.

Preenchimento da GRPS:

Campo 8 - Outras informações informar a base de cálculo das contribuições.

Campo 11 - FPAS: Escrever o código FPAS 744.

Campo 16 - Segurados: Em branco.

Campo 17 - Empresas: Lançar o resultado da aplicação do percentual de 2,6% (Prev. Social + SAT) sobre a base de cálculo.

Campo 18 - Terceiros: A partir de 12/01/97, registrar o código 0512, e o resultado da aplicação da alíquota de 0,1% (SENAR) sobre a base de cálculo.

Campos 19, 20 e 21 - Em branco.

Obs.: Os demais campos da GRPS serão preenchidos de acordo com as regras gerais.

Nota: Se desejar, o segurado especial também poderá contribuir como facultativo sobre o salário-base, em GRCI/Carnê (ver subitem 3.14).

3.6.2. Produtor Rural Pessoa Física, Equiparado a Autônomo:

3.6.2.1. Base de cálculo:

Receita bruta proveniente da comercialização da produção rural.

QUADRO RESUMO DE ALÍQUOTAS

FUNDAMENTAÇÃO	PERÍODO	ALÍQUOTAS				FPAS
		PREV. SOCIAL	SAT	SENAR	TOTAL	
Art. 1º Lei 8.540/92	01/04/93 a 11/01/97	2,0%	0,1%	0,1%	2,2%	744
Art. 25 Lei 8.212/91 (*)	de 12/01/97 a ...	2,5%	0,1%	0,1%	2,7%	744

Redação dada pela OS/INSS/DAF nº 159, de 02/05/97 - DOU de 21/05/97 e (*) art. 1º da MP 1.523 de 11/10/96, e reedições.

Preenchimento da GRPS

Campo 8 - (Outras informações): Informar a base de cálculo das contribuições.

Campo 11 - FPAS: Lançar o código 744.

Campo 16 - Segurados: Em branco.

Campo 17 - Empresa: Lançar o resultado da aplicação da alíquota vigente à época sobre a base de cálculo.

Campo 18 - Terceiros: Registrar o código 0512, e o resultado da aplicação da alíquota de 0,1% sobre a base de cálculo.

Campos 19, 20 e 21: Em branco.

Obs.: Os demais campos serão preenchidos de acordo com as regras gerais.

3.6.2.2. Base de Cálculo Folha de Pagamentos:

QUADRO RESUMO DE ALÍQUOTAS

Período	F. Pgto.	FPAS	Prev. Social			Terceiros				
			Seg.	Emp.	Sat.	S. Ed.	Incra	Senar	Total	Código
11/91 a 05/92	Total	523	VAR	20,0%	3,0%	2,5%	0,2%	-	2,7%	003
06/92 a 03/93	Total	787	VAR	20,0%	3,0%	2,5%	0,2%	2,5%	5,2%	0515
04/93 a...	Total	604	VAR	(*)	-	2,5%	0,2%	-	2,7%	0003

Redação dada pela OS/INSS/DAF nº 159, de 02/05/97 - DOU de 21/05/97.

Preenchimento da GRPS:

Campo 8 - Outras informações: Lançar o salário de contribuição, sem limite, pago aos segurados empregados.

Campo 11 - FPAS: A partir de 04/93, lançar o código 604. Nos demais períodos, observar a tabela anterior.

Campo 16 - Segurados: Registrar as contribuições descontadas dos segurados, observando o limite.

Campo 17 - Empresa:

a) de 11/91 a 03/93, lançar o resultado da aplicação da soma das alíquotas relativas à empresa + SAT sobre a base de cálculo;

b) de 04/93 a 04/96, deixar em branco;

c) (*) a partir de 05/96, lançar a contribuição incidente sobre a remuneração paga a trabalhador autônomo, avulso e demais pessoas físicas, instituídas pela Lei Complementar nº 84/96.

Campo 18 - Terceiros: Lançar o código e a contribuição destinada a terceiros, salário-educação e INCRA, conforme tabela.

Campos 19 e 20: Em branco.

Obs.: Os demais campos serão preenchidos de acordo com as regras gerais.

3.6.2.3. Salário-Base:

Contribuição obrigatória do produtor rural pessoa física, recolhida em GRCI/Carnê, a partir de 11/91.

3.6.3 - Produtor Rural Pessoa Jurídica.

3.6.3.1. Base de Cálculo:

Receita bruta proveniente da comercialização da produção rural.

QUADRO DE RESUMO DE ALÍQUOTAS

FUNDAMENTAÇÃO	PERÍODO	FPAS	ALÍQUOTAS				CÓDIGO
			PREV. SOCIAL	SAT	SENAR	TOTAL	
Art. 25 Lei 8.870/94	01/08/94 a ...	744	2,5%	0,1%	0,1%	2,7%	0512

Redação dada pela OS/INSS/DAF nº 159, de 02/05/97 - DOU de 21/05/97.

Preenchimento de GRPS:

Campo 8 - Outras informações: Informar a base de cálculo da contribuição.

Campo 11 - FPAS: Lançar o código 744.

Campo 16 - Segurados: Em branco.

Campo 17 - Empresa: Registrar a contribuição apurada resultante da aplicação da alíquota de 2,6% incidente sobre a base de cálculo.

Campo 18 - Terceiros: Lançar o código 0512 e a contribuição apurada resultante da aplicação da alíquota de 0,1% sobre a base de cálculo, destinada ao SENAR.

Campos 19, 20, 21: Em branco.

Obs.: Os demais campos serão preenchidos de acordo com as regras gerais.

Nota:

As agroindústrias não recolhem sobre a produção rural, exceto as contribuições decorrentes de sub-rogação na aquisição de produtos rurais diretamente de produtores pessoas físicas:

3.6.3.2. Base de cálculo: Folha de Pagamentos.

QUADRO RESUMO DE ALÍQUOTAS

PÉRIODO	F. PAGTO.	FPAS	PREV. SOCIAL			TERCEIROS				CÓDIGO
			SEG.	EMP.	SAT	S. ED.	INCRA	SENAR	TOTAL	
11/91 a 05/92	TOTAL	523	VAR	20%	VAR	2,5%	0,2%	-	2,7%	0003
06/92 a 07/94	TOTAL	787	VAR	20%	VAR	2,5%	0,2%	2,5%	5,2%	0515
08/94 a ...	TOTAL	604	VAR	-	-	2,5%	0,2%	-	2,7%	0003

Redação dada pela OS/INSS/DAF nº 159, de 02/05/97 - DOU de 21/05/97.

Preenchimento da GRPS:

Campo 8 - Outras informações: Lançar o salário-de-contribuição, sem limite, pagp aos segurados empregados.

Campo 11 - FPAS: Lançar o código, conforme tabela.

Campo 16 - Segurados: Registrar a contribuição descontada dos empregados.

Campo 17 - Empresa:

- a) de 11/91 a 07/94 - Lançar o resultado da aplicação da soma das alíquotas relativas à empresa + SAT sobre a base de cálculo;
- b) de 08/94 a 04/96 - Deixar em branco;
- c) a partir de 05/96 - Se houver remuneração para empresário, trabalhador autônomo, avulso e demais pessoas físicas, lançar neste campo a contribuição instituída pela Lei Complementar nº 84/96.

Campo 18 - Terceiros: Lançar o código e a contribuição destinada a Terceiros - Salário-Educação e INCRA, conforme tabela.

Campos 19 e 20: Em branco.

Obs.: Os demais campos serão preenchidos de acordo com as regras gerais.

Nota: O empreiteiro contribui, obrigatoriamente, na qualidade de contribuinte individual, em GRCI/Carnê, sobre o salário-base.

3.6.4. Agroindústrias

Recolhimento sobre a Folha de Pagamentos de todos os seus empregados, desde a competência 11/91.

3.6.4.1. Agroindústrias Relacionadas no Decreto 1.146/70

Empregados que atuem diretamente na produção primária de origem animal ou vegetal e no setor industrial.

QUADRO RESUMO DE ALÍQUOTAS

PERÍOD O	F. PAGTO.	FPAS	PREV. SOCIAL			TERCEIROS				
			SEG.	EMP.	SAT	S. ED.	INCRA	SENAR	TOTAL	CÓDIGO
11/91 a 05/92	TOTAL	531	VAR	20,0	VAR	2,5	2,7	-	5,2	0003
06/92 a ...	S. IND.	531	VAR	20,0	VAR	2,5	2,7	-	5,2	0003
	S. RUR.	795	VAR	20,0	VAR	2,5	2,7	2,5	7,7	0515

Redação dada pela OS/INSS/DAF nº 159, de 02/05/97, DOU de 21/05/97.

3.6.4.2. Demais Agroindústrias

Empregados que atuem diretamente na produção primária de origem animal ou vegetal e no setor industrial.

QUADRO RESUMO DE ALÍQUOTAS

PERÍOD O	F. PGTO.	FPAS	PREV. SOCIAL			TERCEIROS							
			SEG.	EMP.	SAT	S. ED.	INCRA	SENAI	SESI	SEBRA E	SENAR	TOTAL	CÓD.
11/91 a 12/91	TOTAL	507	VAR	20,0	VAR	2,5	0,2	1,0	1,5	0,2	-	5,4	0079
01/92 a 05/92	TOTAL	507	VAR	20,0	VAR	2,5	0,2	1,0	1,5	0,4	-	5,6	0079
06/92 a 12/92	S. IND.	507	VAR	20,0	VAR	2,5	0,2	1,0	1,5	0,4	-	5,6	0079
	S. RUR.	787	VAR	20,0	VAR	2,5	0,2	-	-	-	2,5	5,2	0515
01/93 a ...	S. IND.	507	VAR	20,0	VAR	2,5	0,2	1,0	1,5	0,6	-	5,8	0079
	S. RUR.	787	VAR	20,0	VAR	2,5	0,2	-	-	-	2,5	5,2	0515

Redação dada pela OS/INSS/DAF nº 159, de 02/05/97, DOU de 21/05/97.

Nota:

Todas as agroindústrias estão sujeitas às contriuições instituídas pela Lei Complementar nº 84/96, quando remunerarem empresários, autônomos, avulsos e demais pessoas físicas.

3.6.5. Responsáveis pelo recolhimento.

A responsabilidade pelo recolhimento da contribuição incidente sobre a receita bruta da comercialização da produção rural será:

- a) do adquirente, consignatário ou cooperativa, que fica sub-rogado nas obrigações do produtor rural pessoa física;
- b) do produtor rural pessoa física, quando vender diretamente no varejo a consumidor pessoa física ou exportar a produção;
- c) do adquirente, consignatário ou cooperativa, que ficava sub-rogado nas obrigações do produtor rural pessoa jurídica, até 13/10/96.
- d) do produtor rural pessoa jurídica, a partir de 14/10/96, por força da MP nº 1.523/96, não havendo mais a sub-rogação.

3.7. CONSTRUÇÃO CIVIL

3.7.1. Recolhimento das contribuições

O recolhimento da contribuição será em GRPS distinta, por obra:

PREENCHIMENTO DA GRPS

Campos	Obra de responsabilidade de construtora	Subempreiteira de construção civil	Obra de responsabilidade de Pessoa Jurídica não Construtora	Obra de responsabilidade de Pessoa Física.
Campo 1	Carimbo do CGC da empresa construtora	Carimbo do CGC da subempreiteira	Carimbo do CGC da Empresa	Em branco
Campos 3 a 7	Endereço da obra	Endereço da obra	Endereço da obra	Endereço da obra
Campo 8 - Outras Informações	Preenchimento normal	Matrícula (CEI) da obra, nome do proprietário, o nº , o valor e data da nota fiscal de serviço.	Preenchimento normal	Preenchimento normal
Campo 9	Escrever o número 2	Escrever o número 1	Escrever o número 2	Escrever o número 2
Campo 10	Matrícula da obra (CEI) a que se refere o	Registrar o nº do CGC da subempreiteira	Matrícula CEI da obra a que se refere o recolhimento	Matrícula CEI da obra a que se refere o recolhimento

	recolhimento			
Campo 11 - FPAS	507	507	507	507

Obs.: Demais campos serão preenchidos de acordo com as regras gerais.

Nota: As empresas construtoras e as subempreiteiras deverão recolher as contribuições relativas ao pessoal administrativo em GRPS específica.

3.8. ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA QUE MANTÉM EQUIPE DE FUTEBOL PROFISSIONAL.

A contribuição empresarial destinada à Seguridade Social, da associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional, corresponde a 5% da receita bruta decorrente:

- a) dos espetáculos desportivos de que participe no território nacional, em qualquer modalidade desportiva, inclusive jogos internacionais;
- b) de qualquer forma de patrocínio, licenciamento de uso de marcas e símbolos de publicidade ou propagandas e de transmissão dos espetáculos desportivos (contribuição devida a partir de 12/01/97).

3.8.1. Prazos para recolhimento:

- a) Até 2 dias úteis após a realização do evento, no caso da alínea “a” do subitem 3.8;
- b) Dia 2 do mês seguinte ao da ocorrência do fato gerador, prorrogando-se o prazo para o dia útil subsequente, quando o dia 2 cair em dia no qual não haja expediente bancário, no caso da alínea “b”, do subitem 3.8.

3.8.2. Responsabilidade pelo recolhimento:

- a) da entidade promotora do espetáculo, no caso de alínea “a” do subitem 3.8;
- b) da empresa que enviar recursos para a associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional, no caso da alínea “b”, do subitem 3.8.

PREENCHIMENTO DA GRPS

Campos	Federação/Confederação	Empresa Patrocinadora
Campos 1 a 7 e 10	Dados da entidade promotora do espetáculo	Dados da empresa contratante
Campo 8: Outras Informações	Registrar o valor da receita bruta do espetáculo, os CGC das associações desportivas participantes, a Unidade da Federação, a data do evento (DD/MM/AA) e data do vencimento.	Informar qual o tipo de patrocínio firmado, data, valor bruto e nomes da associação desportiva envolvida.
Campo 11: FPAS	779	779
Campo 13: Competência	Registrar o mês/ano da realização do evento	Mês e ano da ocorrência do fato gerador.
Campo 14: Competência	Uso INSS	Uso INSS
Campos 16, 18 e 21	Em branco	Em branco
Campo 17: Empresa	Lançar o valor da contribuição de 5% sobre a receita bruta	Lançar 5% sobre valores pagos ou creditados durante o mês.

Obs.: Demais campos serão preenchidos de acordo com as regras gerais.

3.8.3. Contribuição sobre a Folha de Pagamentos:

A associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional, é obrigada a:

- a) descontar e recolher a contribuição dos empregados, atletas ou não;
- b) recolher a contribuição para Terceiros;
- c) recolher as contribuições previstas na Lei Complementar nº 84/96 quando remunerar autônomo, avulso e demais pessoas físicas;
- d) preencher o campo 11 - FPAS, utilizando o código 647.

Notas:

- 1. Nos períodos em que estiver desfilada da Federação, a associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional estará obrigada à contribuição empresarial na forma estabelecida para as empresas em geral, usando código FPAS 566.
- 2. As demais associações desportivas que não mantém equipe de futebol profissional, contribuirão na forma das empresas em geral, utilizando o código FPAS 566.

3.9. EMPRESA DE TRABALHO TEMPORÁRIO

A empresa de trabalho temporário deverá elaborar Folhas de Pagamento e GRPS distintas para os seus empregados permanentes e para os trabalhadores temporários, por empresas tomadora de serviço.

PREENCHIMENTO DA GRPS

Campos	GRPS empregados permanentes da empresa	GRPS empregados temporários
Campos 1 a 7 e 10	Dados da empresa de trabalho temporário	Dados da empresa de trabalho temporário
Campo 8: Outras Informações	Número de empregados permanentes. Valor da folha de pagamento. Valor do pagamento feito a empresários e autônomos.	Número de empregados temporários, naquela tomadora. Nome e CGC da empresa tomadora. Número, data e valor bruto da nota fiscal de serviço à qual se vincula o recolhimento.
Campo 11: FPAS	515	655

Obs.: Demais campos serão preenchidos de acordo com as regras gerais.

3.9.1. Seguro de Acidente do Trabalho - SAT

Até a competência 06/97, a alíquota de contribuição para o SAT será estabelecida em função de sua atividade preponderante, assim entendida a que ocupar o maior número de trabalhadores temporários nas diversas tomadoras, sendo aplicada inclusive para o recolhimento sobre a folha de pagamento dos empregados permanentes da empresa de trabalho temporário.

A partir de competência 07/97, a alíquota do SAT, será de 2,0%, correspondente ao código 7450.0, do Regulamento da Organização e do Custeio da Seguridade Social, aprovado pelo Decreto 2.173/97.

Nota: A empresa tomadora de serviço de trabalhadores temporários preencherá a GRPS como as empresas em geral, não considerando os trabalhadores temporários a seu serviço.

3.10. EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO COM CESSÃO DE MÃO-DE-OBRA

A empresa prestadora dos serviços deve elaborar Folhas de Pagamento e GRPS distintas por tomador de serviço e outra referente ao pessoal administrativo e operacional.

PREENCHIMENTO DA GRPS

Campos	GRPS dos empregados administrativos da empresa	GRPS dos empregados cedidos
Campos: 1 a 7 e 10	Dados da empresa prestadora	Dados da empresa prestadora
Campo 8: Outras Informações	Número de empregados permanentes Valor da folha de pagamento Valor do pagamento feito a empresários e autônomos	Número de empregados cedidos para aquela tomadora Nome e CGC da empresa tomadora. Número, data e valor bruto da nota fiscal de serviço à qual se vincula o recolhimento.
Campo 11: FPAS	515	515

Obs.: Demais campos serão preenchidos de acordo com as regras gerais.

Nota: A alíquota de contribuição para o SAT, será estabelecida em função da atividade preponderante da prestadora de serviços assim consideradas, aquela atividade que ocupa o maior número de segurados empregados.

3.11. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA

As empresas tomadoras de serviços respondem solidariamente com a prestadora pelas obrigações para com a Seguridade Social, em relação aos serviços a elas prestados.

A entidade beneficente de assistência social em gozo de isenção da cota patronal responde solidariamente com o empreiteiro/subempreiteiro pelo pagamento das contribuições sociais incidentes sobre a remuneração de segurados, exceto a cota patronal e a contribuição para Terceiros, qualquer que tenha sido a forma de contratação.

A administração pública federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, direta, autárquica e fundacional, responde solidariamente com o contratado pelos encargos previdenciários, exceto a contribuição para Terceiros e não sendo possível da aplicação de multa.

3.11.1. Elisão:

A elisão da solidariedade por parte do contratante do serviço de cessão de mão-de-obra ou trabalho temporário, proprietário, incorporador, dono da obra ou condômino de unidade imobiliária, ocorrerá com a apresentação ao INSS de cópia autenticada da GRPS e Folha de Pagamento distinta por tomador, referente à remuneração dos segurados a seu serviço.

É admitida a retenção de importâncias devidas ao executor, pelo tomador de serviços para garantia do cumprimento das obrigações sociais, do prestador, não se aplicando, em qualquer hipótese, o benefício de ordem.

3.12. MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

As microempresas estão sujeitas às mesmas regras das empresas em geral exceto quanto à contribuição para o SAT, calculada pelo percentual mínimo (1,0%) a partir de 11/91.

3.12.1. Preenchimento da GRPS - Microempresa:

Campo 8 - Outras informações:

Até 06/97, lançar o código SAT - 999 998-1;

A partir de 07/97, a microempresa deverá informar a alíquota de 1,0% referente ao grau de risco para custeio das prestações do Seguro Acidente do Trabalho.

3.12.2. Preenchimento da GRPS - Empresa de Pequeno Porte:

Campo 8 - Outras informações:

Até a competência 06/97, registrar o código da atividade preponderante que determina o grau de risco do SAT, por estabelecimento. É considerada atividade preponderante do estabelecimento aquele que abrange o maior número de segurados empregados, trabalhadores avulsos e médicos-residentes.

A partir da competência 07/97, registrar a alíquota do grau de risco SAT correspondente à atividade preponderante da empresa, de acordo com o enquadramento previsto no ROCSS - Regulamento da Organização e do Custeio da Seguridade Social, aprovado pelo Decreto 2.173/97. Neste caso, considera-se atividade preponderante da empresa (matriz e filiais) aquela que abrange o maior número de empregados e trabalhadores avulsos.

3.12.3. Empresa optante pelo SIMPLES

As microempresas e as empresas de pequeno porte que optarem pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições - SIMPLES, recolherão em GRPS, exclusivamente, as contribuições descontadas dos segurados empregados, podendo deduzir os valores pagos a título de salário-maternidade e salário-família, no campo 21.

No campo 8 escrever: “Empresa optante pelo SIMPLES” e lançar o valor da receita bruta mensal e alíquota utilizada para o recolhimento no DARF referente ao INSS, na competência utilizada para o recolhimento das contribuições previdenciárias.

3.13. DISSÍDIO COLETIVO

A incidência da contribuição previdenciária sobre valores pagos em decorrência de dissídio coletivo, terá como competência, a data do acordo ou sentença. Os valores pagos serão somados à remuneração do mês, para fins de incidência da contribuição da empresa. A contribuição do empregado será calculada mês a mês, aplicando-se as alíquotas de 8, 9 ou 11%, observado o limite máximo do salário-de-contribuição e recolhida na GRPS da competência do acordo ou sentença, não incidindo acréscimos de juros e multa, se recolhida até o dia 2 do mês seguinte a homologação do acordo ou sentença.

3.14. CONTRIBUINTE INDIVIDUAL

O contribuinte individual recolhe suas contribuições em carnê até 12/97.

A partir de 01/98, obrigatoriamente, recolherá em Guia de Recolhimento do Contribuinte Individual - GRCI (modelo no anexo VII).

Excepcionalmente, na falta de Carnê/GRCI, o contribuinte individual deverá comparecer a Posto de Arrecadação e Fiscalização do INSS, que emitirá a GRPS-3, no código 205, de acordo com a OS/CONJ/INSS/DSS/DAF nº 55, de 19/11/96.

3.14.1. Preenchimento da GRCI:

Campo 1 - Dados Cadastrais:

- Nome do segurado;
- Endereço completo do segurado;
- Número do telefone do segurado.

Campo 2 - Dados de Cálculo:

- Classe - A classe da escala de salário-base em que o segurado está enquadrado;
- Salário-de-Contribuição - Valor do salário-de-contribuição constante da escala de salário-base que o segurado está enquadrado.
- Alíquota (%) - Alíquota de contribuição aplicada sobre o salário-de-contribuição.

Campo 3 - Dados de Contribuição:

- nº de inscrição - Número de inscrição do contribuinte individual constante do CICI ou DCT/CI;
- Competência: Mês e ano a que se refere o recolhimento, no formato (MM/AAAA);
- Valor da contribuição - Valor originário da contribuição devida;
- Atualização monetária - Valor da atualização monetária, se houver;
- Juros e multa - Valor dos juros e da multa apurados;
- Total - Valor resultante do somatório do valor originário + atualização monetária (se houver) + multa e juros.
- Campo: Autenticação Mecânica - Destinado à autenticação mecânica correspondente ao valor constante no campo valor total da GRCI.

3.15. ÓRGÃO PÚBLICO - GRPS ELETRÔNICA

Para órgão/entidade pública que opera a Conta Única do Tesouro Nacional, por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI - existe a opção de recolhimento em GRPS ELETRÔNICA, a partir de 02/01/96, (anexo VIII).

Os órgãos do Poder Público (União, Estado, DF e Município), inclusive as respectivas autarquias e fundações com personalidade jurídica de direito público, enquadram-se no FPAS 582, não efetuam recolhimento de contribuições para Terceiros, e estão isentos de multa por recolhimentos em atraso.

4. LEGISLAÇÃO BÁSICA

- Lei Complementar nº 84, de 18/01/96;
- Lei nº 8.212, de 24/07/91;
- Lei nº 8.315, de 23/12/91;
- Lei nº 8.383, de 30/12/91;
- Lei nº 8.444, de 20/07/92;
- Lei nº 8.540, de 22/12/92;
- Lei nº 8.620, de 05/01/93;
- Lei nº 8.630, de 25/02/93;
- Lei nº 8.641, de 31/03/93;
- Lei nº 8.642, de 31/03/93;
- Lei nº 8.860, de 24/03/94;
- Lei nº 8.861, de 25/03/94;
- Lei nº 8.864, de 28/03/94;
- Lei nº 8.870, de 15/04/94;
- Lei nº 9.317, de 05/12/96;
- MP nº 1.523-10, de 25/07/97;
- MP nº 1.571-4, de 25/07/97.

ANEXO III - A

Especificações da GRPS

ANEXO III-A

Especificações da GRPS

TÍTULO	Nº	CÓDIGO
GUIA DE RECOLHIMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GRPS	DAF - AR - 4201	330.84.4201

ESPECIFICAÇÕES

TIPO DE PAPEL: Apergaminhado (AP-63) com 63 g/m² nas duas vias.
FORMATO: 148 mm X 210 mm (A-5-L).
APRESENTAÇÃO: A critério da rede tipográfica privada, observando que no verso da 1ª via constará o Quadro I (Anexo II) e na 2ª via o Quadro III (Anexo IV).
TIMBRE: Nomes do Ministério e da Instituição em letras maiúsculas e minúsculas, no canto superior esquerdo acima o símbolo do Instituto.
IMPRESSÃO: (*) Sêpia clássica (06.0876) frente na 1ª e 2ª vias.
 Obs.: Na 1ª via, aplicar retícula de 100 linhas por polegada a 20% (vinte por cento), sombreando os campos não-graváveis.
ACONDICIONAMENTO: Pacote com 10 blocos.
 Obs.: Bloco com 50 (cinquenta) jogos de GRPS (1ª e 2ª vias) alceados com picotes na lateral esquerda onde também deverão estar amarrados
UNIDADE: Bloco.

OBSERVAÇÃO

Para impressão na DATAPREV
 (*) Cor azul claro.
 (*) O modelo deverá ser adequado pelo DATAPREV para uso do INSS.

USO E DISTRIBUIÇÃO

USO: Contribuinte
Distribuição: No Comércio; Rede tipográfica privada no INSS; DATAPREV

ATO DE INSTITUIÇÃO

Resolução INSS/PR nº 43, de 17/07/91; BS nº 151, de 07/08/91.

ANEXO III-B

Especificações da GRPS em formulário contínuo

TÍTULO	Nº	CÓDIGO
GUIA DE RECOLHIMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GRPS	DAF - 7015	316.92.7015

ESPECIFICAÇÕES

TIPO DE PAPEL: Formulário contínuo, c/63 g/m² nas 2 vias.
FORMATO: 148mm x 210mm (A-5-L). Serrilhas verticais p/ destaque de remalhas: esquerda 15mm e direita 15mm.
APRESENTAÇÃO: Aprisionamento colado à esquerda (vias e carbono) e grimpado à direita e a esquerda. Serrilhado e dobrado na altura de 305mm (12"). Sanfonas c/1000 formulários.
TIMBRE: Conforme modelo.
IMPRESSÃO: Sêpia, reticulado a 10% na mesma cor.
ACONDICIONAMENTO: Caixa de papelão ondulado de parede dupla, tipo normal, contendo 1000 formulários.
UNIDADE: Milheiro.

OBSERVAÇÃO:

Formulário adquirido no comércio local. O INSS deverá confeccionar para atender à Rede Bancária através da Arrecadação. Deve-se fornecer à firma encarregada da confecção, além do fotolito e especificação, um modelo do respectivo formulário.

USO E DISTRIBUIÇÃO:

USO: Rede Bancária/Arrecadação
DISTRIBUIÇÃO: Órgão de Material/DAF

ATO DE INSTITUIÇÃO:

Resolução INSS/PR nº 43, de 17/07/91; BS nº 151, de 07/08/91.

ANEXO II

Modelo da GRPS

	férias e 13º salário de trabalhador avulso.
736	Banco Comercial - Banco de Investimento - Banco de Desenvolvimento Caixa Econômica - Sociedade de Crédito, financiamento e investimento - Sociedade de Crédito Imobiliário (inclusive associação de poupança e empréstimo) - sociedade corretora - distribuidora de títulos e valor mobiliários (inclusive bolsa de mercadorias e de valores) - empresa de arrendamento mercantil - Cooperativa de Crédito - empresa de seguro privado (inclusive seguro saúde) e de capitalização - agente autônomo de seguro privado e de crédito - entidade de previdência privada (aberta e fechada).
744	Contribuição sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, a ser recolhida: a) pelo adquirente, consignatário ou cooperativa; b) pelo produtor rural pessoa física (equiparado a autônomo e segurado especial) quando venderem seus produtos a adquirente domiciliado no exterior ou no varejo, diretamente ao consumidor; c) pelo produtor rural pessoa jurídica.
752	Contribuição incidente sobre o 13º salário, vinculada às alíquotas correspondentes ao FPAS da empresa. O código 752 deve ser utilizado para fatos geradores ocorridos até 1996.
779	Associação Desportiva que mantém equipe de futebol profissional - contribuição de 5% da receita bruta, decorrente de espetáculo desportivo de que participe em todo território nacional em qualquer modalidade, inclusive jogos internacionais, a ser recolhida pela entidade promotora do evento (Federação ou Confederação), e de qualquer forma de patrocínio, licenciamento de uso de marcas e símbolos, publicidade propaganda e transmissão de espetáculos desportivos, a ser recolhida pela empresa ou entidade.
787	Sindicato, Federação e Confederação Patronal Rural - Atividade Cooperativista Rural - Cooperativa Rural não enquadrada no Decreto-lei nº 1.146/70 (com ou sem produção própria) - Agroindústria não enquadrada no Decreto-lei nº 1.146/70 (somente em relação aos empregados que atuem diretamente na produção primária de origem animal ou vegetal) - prestador de mão-de-obra rural legalmente constituído como pessoa jurídica, a partir de 08/94 - produtor com produção agrária destinada exclusivamente ao plantio e reflorestamento, à reprodução ou criação pecuária ou granjeira e/ou cobaia para fins de pesquisa científica.
795	Agroindústria enquadrada no Decreto-lei 1.146/70 (somente em relação aos empregados que atuem diretamente na produção primária de origem animal ou vegetal) - Cooperativa Rural enquadrada no Decreto-lei nº 1.146/70 (com ou sem produção própria).
809	Empresa de captura de pescado, inclusive armador de pesca (em relação à folha de pagamento de empregado envolvido na atividade de captura de pescado e do escritório).
817	Cooperativa Rural (inclusive com agroindústria) enquadrada no Decreto-lei nº 1.146/70, sem produção rural própria e o setor industrial daquela que tiver produção rural própria - código extinto a partir de 02/97, OS/INSS/DAF 155, de 26/02/97.
850	Recolhimento de "Aviso de Acréscimos Legais", acal.

Notas:

- As empresas que se dedicarem à produção rural simultaneamente com outra atividade, exceto industrialização de produção, recolherá sobre a folha de salários dos empregados do setor rural no FPAS 604.
- FPAS 612 e 620: a partir de 01/01/94 utilizados para recolhimento das contribuições pela empresa de Transporte Rodoviário e pela tomadora de serviço de transportador rodoviário autônomo face criação do SEST/SENAT pela Lei nº 8.706, de 14/09/93, regulamentada pelo Decreto nº 1.007, de 13/12/93, e alterações introduzidas pelo Decreto nº 1.092, de 21/03/94, OS/INSS/DAF nº 110/94.
- FPAS 612: nas competências 01, 02 e 03/94 utilizado pela empresa de transporte rodoviário para recolhimento das contribuições correspondentes a sua atividade fim e por outras empresas que, embora não tenham o transporte como atividade fim, realizam esta atividade (exclusivamente quanto a folha de pagamento dos empregados envolvidos na atividade de transporte).
- FPAS 744: a partir de 01/08/94, incluída a pessoa jurídica que se dedique à produção rural (Lei nº 8.870, de 15/04/94, Decreto nº 1.197, de 14/07/94; OS/INSS/DAF nº 118/94).
- FPAS 787 e 795: Agroindústria: a contribuição incidente sobre a remuneração efetivamente paga ou creditada ficou restabelecida, com efeito retroativo a 01/08/94, por força da ADIN 1.103.1/600, de 18/12/96 (OS/INSS/DAF 155, de 26/02/97).
- O estabelecimento industrial da cooperativa não vinculado ao FPAS 531 e aquele com atividade preponderantemente comercial (supermercado, revenda, etc) contribuirá em favor da entidade a qual seus empregados são beneficiários diretos (§ 1º do art. 3º da Lei nº 8.315/91 - FPAS 507 ou 515).
- FPAS 752: não utilizado para recolhimento de valores resultantes de fatos geradores ocorridos a partir de 1997.

ANEXO V

Percentuais das contribuições arrecadadas pelo INSS de acordo com o código FPAS - Vigência a partir de 01/97.

CÓDIGO FPAS	SITUAÇÃO DO CONTRIBUINTE	CÓDIGO TERCEIROS	PERCENTUAIS
507	Com convênio Sal. Educ. + SENAI + SESI	0066	0,8
663	Com convênio SESI + SENAI	0067	3,3
698	Com convênio Sal. Educ. + SESI	0070	1,8
	Com convênio SESI	0071	4,3
	Com convênio Sal. Educ. + SENAI	0074	2,3
	Com convênio SENAI	0075	4,8
	Com convênio Sal. Educação	0078	3,3
	Sem convênio	0079	5,8
515	Com convênio Salário Educação	0114	3,3
671	Sem convênio	0115	5,8
701			
523	Com convênio Salário Educação	0002	0,2
604	Sem convênio	0003	2,7
736			
531	Com convênio Salário Educação	0002	2,7
	Sem convênio	0003	5,2
540	Com convênio Salário Educação	0130	2,7
680	Sem convênio	0131	5,2
710			
809			
558	Com convênio Salário Educação	0258	2,7
	Sem convênio	0259	5,2
566	Com convênio Salário Educação	0098	2,0

647	Sem convênio	0099	4,5
574	Com convênio Salário Educação ou exceção prevista na MP 1518/96	0098	2,0
	Sem convênio	0099	4,5 (1)
590	Com convênio Salário Educação	-	-
	Sem convênio	0001	2,5
612	Com convênio Salário Educação	3138	3,3
	Com convênio Sal. Educação + SEST	2114	1,8
	Com convênio Sal. Educação + SENAT	1090	2,3
	Com convênio Sal. Educ. + SEST + SENAT	0066	0,8
	Com convênio SEST + SENAT	0067	3,3
	Com convênio SEST	2115	4,3
	Com convênio SENAT	1091	4,8
	Sem convênio	3139	5,8
620	Com convênio SEST	2048	1,0
	Com convênio SENAT	1024	1,5
	Com convênio SEST + SENAT	-	-
	Sem convênio	3072	2,5
647	Com convênio Salário Educação	0098	2,0
	Sem convênio	0099	4,5
744	Adquirente, Consignatário, Cooperativa	0512	0,1
	Produtor Rural pessoa física (equiparado a autônomo e segurado especial) quando venderem produto rural no varejo, a consumidor, ou a adquirente no exterior.	0512	0,1
	Produtor rural pessoa jurídica.	0512	0,1
787	Com convênio Salário Educação	0514	2,7
	Sem convênio	0515	5,2
795	Com convênio Salário Educação	0514	5,2 (1)
	Sem convênio	0515	7,7
817	Com convênio Salário Educação	0514	5,2
Extinto a partir de 02/97	Sem convênio	0515	7,7

Notas:

1. Alterações efetuadas de acordo com as OS/INSS/DAF nº 154, de 24/01/97 (vig. 01/97) e 155, de 26/02/97.
2. Códigos sem Contribuição para Terceiros: 582, 639, 655, 728, 779 e 850.
3. O código FPAS 752 tem a contribuição dos Terceiros calculada de acordo com o FPAS da empresa, válido até a competência 12/96.
4. O Código Terceiros foi obtido através da soma dos códigos específicos das entidades abaixo:

ANEXO VI

Contribuições de Terceiros - Vigência a partir de 01/97.

CONTRIBUIÇÃO				TERCEIROS (VER A TABELA AUXILIAR)												
CÓD FPA S	EMP REG ADO	EMPRESA		SAL EDU C	INCR A	SEN AI	SESI	SEN AC	SES C	SEB RAE	DPC	FUN DO AER OV	SEN AR	SES T	SEN AT	TOT AL
		FPA S	SAT	0001	0002	0004	0008	0016	0032	0064	0128	0256	0512	1024	2048	
507	VAR	20,0	VAR	2,5	0,2	1,0	1,5	-	-	0,6	-	-	-	-	-	5,8
515	VAR	20,0	VAR	2,5	0,2	-	-	1,0	1,5	0,6	-	-	-	-	-	5,8
523	VAR	20,0	VAR	2,5	0,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,7
531	VAR	20,0	VAR	2,5	2,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5,2
540	VAR	20,0	VAR	2,5	0,2	-	-	-	-	-	2,5	-	-	-	-	5,2
558	VAR	20,0	VAR	2,5	0,2	-	-	-	-	-	-	2,5	-	-	-	5,2
566	VAR	20,0	VAR	2,5	0,2	-	-	-	1,5	0,3	-	-	-	-	-	4,5
574	VAR	20,0	VAR	2,5 ⊗	0,2	-	-	-	1,5	0,3	-	-	-	-	-	4,5
582	VAR	20,0	VAR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
590	VAR	20,0	VAR	2,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,5
604	VAR	(*)	-	2,5	0,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,7
612	VAR	20,0	VAR	2,5	0,2	-	-	-	-	0,6	-	-	-	1,5	1,0	5,8
620		15,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,5	1,0	2,5
639	VAR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
647	VAR	-	-	2,5	0,2	-	-	-	1,5	0,3	-	-	-	-	-	4,5
655	VAR	20,0	VAR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
663	VAR	15,0	VAR	2,5	0,2	1,0	1,5	-	-	0,6	-	-	-	-	-	5,8
671	VAR	15,0	VAR	2,5	0,2	-	-	1,0	1,5	0,6	-	-	-	-	-	5,8
680	VAR	15,0	VAR	2,5	0,2	-	-	-	-	-	2,5	-	-	-	-	5,2
698	-	15,0	VAR	2,5	0,2	1,0	1,5	-	-	0,6	-	-	-	-	-	5,8
701	-	15,0	VAR	2,5	0,2	-	-	1,0	1,5	0,6	-	-	-	-	-	5,8
710	-	15,0	VAR	2,5	0,2	-	-	-	-	-	2,5	-	-	-	-	5,2
728	VAR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
736	VAR	22,5	VAR	2,5	0,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,7
744	-	(1) 2,2 (2) 2,0	0,1 0,1 0,1	- - -	- - -	- - -	- - -	- - -	- - -	- - -	- - -	- - -	- 0,1 0,1	- - -	- - -	- 0,1 0,1

		(3) 2,5														
744	-	(4) 2,5	0,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,1	-	-	0,1
752	VAR	***	VAR	***	***	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	
779	-	5,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
787	VAR	20,0	VAR	2,5	0,2	-	-	-	-	-	-	-	2,5	-	-	5,2
795	VAR	20,0 ⊕	-	2,5	2,7	-	-	-	-	-	-	-	2,5 ⊕	-	-	7,7
809	VAR	(*)	-	2,5	0,2	-	-	-	-	-	-	2,5	-	-	-	5,2
† 817	VAR	20,0	VAR	2,5	2,7	-	-	-	-	-	-	-	2,5	-	-	7,7
# 850	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-


Ordem de Serviço INSS/DAF nº 145, de 06/09/96, DOU de 17/09/96; OS/INSS/DAF nº 148, de 17/10/96; OS/INSS/DAF nº 154, de 24/01/97; OS/INSS/DAF nº 155, de 26/02/97

Notas:

⊗FPAS 574 - A partir de 01/97 incluído o percentual de 2,5% da contribuição para o Salário-Educação (MP nº 1.518/96; OS/INSS/DAF nº 154, de 24/01/97).
*FPAS 620 - Contribuição sobre remuneração do transportador rodoviário autônomo: alíquotas aplicadas (15% + 2,5) sobre o valor correspondente a 11,71% do valor bruto do frete ou carreto.
**FPAS 744 - Contribuição sobre a comercialização da produção rural:
(1) Segurado Especial - alíquotas aplicadas: até 06/94 = 2,0% + 0,1%; a partir de 01/07/94 até 11/01/97 2,2% + 0,1% (Lei nº 8.861, de 25/03/94; Decreto nº 1.197, de 14/07/94).
(2) Produtor rural pessoa física (equiparado a autônomo): alíquotas aplicadas de 01/04/93 até 11/01/97.
(3) Pessoa jurídica (que se dedique à produção rural): alíquotas devidas e aplicadas a partir de 01/08/94. (Lei nº 8870, de 15/04/94; Decreto nº 1197, de 14/07/94)
(4) Produtor rural pessoa física (equiparado a autônomo e segurado especial): a partir de 12/01/97 as alíquotas de contribuição sobre a receita bruta da comercialização da produção rural foram unificadas para 2,5% (Seg. Social), 0,1% (SAT) e 0,1% (SENAR) (MP nº 1523, de 11/10/96).
***FPAS 752 - Contribuição sobre o 13º salário: aplicação das alíquotas correspondentes ao FPAS da empresa.
⊕FPAS 795 - Alterado de acordo com a OS/INSS/DAF nº 155, de 26/02/97, com efeito retroativo a 01/08/94 face ADIN nº 1.103-1/600, de 18/12/96.
†FPAS 817 - Extinto a partir de 02/97.
#FPAS 850 - utilizado apenas para recolhimento de acréscimos legais oriundo do “Aviso de Acréscimos Legais” - ACAL.
#FPAS 620, 663, 671. 680, 698, 701, 710 - a partir da competência 05/96 a contribuição patronal é de 15%.
(*)FPAS 604 e 809 - a partir de 05/96, contribuição sobre empresários, autônomos e trabalhador avulso (Lei Complementar nº 84/96).

ANEXO VII

Modelo da GRCI

 MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL-MPAS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSB

GRCI

GUIA DE RECOLHIMENTO DO CONTRIBUINTE INDIVIDUAL

1. DADOS CADASTRAIS			3. DADOS DE CONTRIBUIÇÃO		
NOME DO CONTRIBUINTE			Nº DE INSCRIÇÃO		
ENDEREÇO			MÊS / ANO		
BAIRRO	CEP		03 - VALOR DA CONTRIBUIÇÃO		
MUNICÍPIO	UF	TELEFONE	04 - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA		
2. DADOS DE CÁLCULO			05 - JUROS E MULTA		
CLASSE	SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO	ALÍQUOTA (%)	06 - JUROS E MULTA		
1ª VIA - INSS			AUTENTICAÇÃO MECÂNICA		

PREENCHIMENTO DA GRCI - GUIA DE RECOLHIMENTO DO CONTRIBUINTE INDIVIDUAL

Campo 1 - DADOS CADASTRAIS:

- Nome do segurado
- Endereço completo do segurado
- Número do telefone do segurado

Campo 2 - DADOS DE CÁLCULO:

- Classe - A classe da escala de salário-base em que o segurado está enquadrado
- Salário-de-Contribuição - Valor do salário-de-contribuição constante da escala de salário-base que o segurado está enquadrado
- Alíquota (%) - Alíquota de contribuição aplicada sobre o salário-de-contribuição

Campo 3 - DADOS DE CONTRIBUIÇÃO:

- 01 - Nº de Inscrição - Número de inscrição do contribuinte individual constante do CICI ou DCT/CI
- 02 - Competência mês ano - Mês (dois algarismos) e ano (quatro algarismos) a que se refere o recolhimento
- 03 - Valor da contribuição - Valor originário da contribuição devida
- 04 - Atualização monetária - Valor da atualização monetária, se houver
- 05 - Juros e multa - Valor dos juros e da multa apurados

- 06 - Total - Valor resultante do somatório do valor originário + atualização monetária (se houver) + multa e juros.

Campo AUTENTICAÇÃO MECÂNICA - Destinado à autenticação mecânica do valor constante no cmapo total da GRCI.

ANEXO VIII

Modelo de GRPS Eletrônica

MODELO DA GUIA ELETRÔNICA DE RECOLHIMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GRPS ELETRÔNICA

DATA DE EMISSÃO	DD/MM/AA	NÚMERO	AAGPXXXXX
UG/GESTÃO EMITENTE	XXXXXXXXXXXX	ÓRGÃO/UNIDADE/CONVENIADO	
GRPS/CEI	XXXXXXXXXXXXXX		
FPAS	QUITADO CONFORME RESOLUÇÃO/PR INSS 321/95		
XXXX	009/XXXX-X, EM, DD/MM/AA		
COMPETÊNCIA			
MM/AA			
DEMONSTRATIVO	RUBRICA	VALOR	
SEGURADOS	1031	XX XXX XXXXX	
EMPRESA	1040	XX XXX XXXXX	
TERCEIROS	----	XXX XXXXX	
DEDUÇÕES FPAS	1058	XX XXXXX	
TOTAL LÍQUIDO	1056	XX XXX XXXXX	
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	1074	XX XXXXX	
JUROS/MULTA	1082	X XXXXX	
TOTAL	1090	XX XXX XXXXX	
OBSERVAÇÃO			

ENDEREÇOS DO INSS: NÚCLEOS DE ORIENTAÇÃO AO CONTRIBUINTE - NCOC/NOC/SOC	
Alagoas	Ed. Sede do INSS - Rua Libertadora Alagoana, nº 140 - 3º andar - Sala 301 - Fone (082) 216-4260 - Fax: 216-4254 - CEP 52020-680 - Maceió - AL
Amazonas	Av. 7 de Setembro, nº 280 - 6º andar - sala 603 - Centro - Fone: (092) 621-7048 - Fax 633-3375 - CEP 69005-140 - Manaus - AM
Bahia	Av. 7 de Setembro nº 9.193 - Ed. Florensilva - 6º andar - Fone: (071) 243-0077 - 243-0077 r. 234 e 235 - fax 243-3824 - CEP 40080-001 - Salvador - BA
Ceará	Rua Pedro Pereira, 383 - 3º andar Sala 311 - Centro - Fone: (085) 255-7520/7417 - Fax 255-7521 - CEP 60035-000 - Fortaleza - CE
Mato Grosso do Sul	Av. Eduardo Elias Zabran, 541 - Fone: (067) 742-5222 r. 115 - Fax 742-4785 - CEP 79002-356 - Campo Grande - MS
Espírito Santo	Rua General Osório, 26 - 2º andar - Centro - Fone: (027) 222-2199 r. 255 - Fax 222-8703 - CEP 29020-000 - Vitória - ES
Goiás	Av. Goiás, nº 371, 4º andar - Fones: (062) 229-1130 - Telefax 229-1130 - CEP 74020-020 - Goiânia - GO
Maranhão	Rua do Egito, nº 272 - Sala 205 - 2º Pavimento - Centro - Fone: (098) 231-4899 e telefax 231-4899 - CEP 65076-320 - São Luis - MA
Mato Grosso	Av. Getúlio Vargas, nº 553, 6º andar - Fone: (065) 316-4158 - Fax 624-8135 - CEP 78005-600 - Cuiabá- MT
Minas Gerais	Av. Afonso Pena, nº 342, 10º andar - Centro - Fone: (031) 249-4580/4634/4636 - Fax 249-4580 - CEP 30130.000 - Belo Horizonte - MG
Para	Rua Presidente Pernambuco, nº 116, 5º andar Bairro da Campina Fone: (091) 211-3853/3861 - Fax 242-3668 - CEP 66020-200 - Belém - PA
Paraíba	Rua Barão do Abiaí, nº 73 - 3º andar - Centro - Fone: (083) 216-2064 - 216-2065 - Fax 216-2142 - CEP 58013-080 - João Pessoa - PB
Paraná	Rua João Negrão, 11, 7º andar - Centro - Fone: (041) 340-6371 - 322-6336 - r. 4488 e 4371 - Fax 223-4056 - CEP 80010-200 - Curitiba - PR
Pernambuco	Av. Dantas Barreto, nº 315 - Edifício JK, Santo Antônio - Fone: (081) 425-4636 - Fax 425-4623 - CEP 50010-000 - Recife - PE
Piauí	Rua Areolino de Abreu, 1015, 5º andar - Sala 517 - Centro - Fone: (086) 215-3019 - Fax 221-1442 - CEP 64000-180 - Teresina - PI
Rio de Janeiro	Av. 13 de Maio, 13, 25º andar, Sala 2517 - Centro - Fone: (021) 210-3141 r. 2024/2029/2035/2034 - Fax 240-6818 - CEP 20031-000 - Rio de Janeiro - RJ
Rio Grande do Norte	Rua Apodi, 2.150, 5º andar - Bairro Centro - Fone: (084) 216-5003 e 216-5185 - Fax 216-5286- CEP 59025-170 - Natal - RN
Rio Grande do Sul	Rua Jerônimo Coelho, 127, 18º andar - Sala 1802 - Fone: (051) 228-1834 - 225-9000 r. 4125 - Fax 228-1834 - CEP 90010-241 - Porto Alegre - RS
Santa Catarina	Praça Pereira Oliveira, 13, 2º andar - Edifício IPASE - Fone: (048) 216-7110 - Fax 216-7205 - CEP 88010-905 - Florianópolis - SC
São Paulo	Viaduto Santa Efigênia, 266, 13º andar - Sala 1308 - Santa Efigênia - Fone: (011) 225-1276 - 229-3284 - Fax: 228-8178 - CEP 01033-050 - São Paulo - SP
Sergipe	Av. Dr. Carlos Firpo, 147, 3º andar - Fone: (079) 212-4053 - Fax 212-4056 - CEP 49010-250 - Aracaju - SE.
Distrito Federal	SAS Quadra 02 - Bloco "O" - Sala 304 - Fone: (061) 313-4518 - Fax 224-1023 - CEP 70070-000 - DF
Acre	Av. Getúlio Vargas, 1273 - Bosque - Fone: (068) 212-1163 - Fax 212-1139 - CEP 69008-650 - Rio Branco - AC
Amapá	Rua General Rondon, 1039, B. Ladinho - Tel (096) 223-6729, Fax 223-6738 - CEP 68900-130 - Macapá
Rondônia	Av. Pinheiro Machado, 1110 - Fone (069) 224-3570 r. 306 - Fax 223-2526 - CEP 78900-050 - Porto Velho - RO
Roraima	Av. Mário Homem de Melo s/n - Centro - Tefl (095) 623-2774, Fax 224-5006 - CEP 69301-200 - Boa Vista - RR
Tocantins	ACSUSO 20 - Conjunto 2 - Lote 05 - Centro - Fone: (063) 219-3030 - Fax 219-3138 - CEP 77160-050 - Palmas - TO
DAF/NCOC/DG	Esplanada dos Ministérios - Bloco F - anexo do MPAS - 2º andar - Ala "A" - Sala 212 - Telefax (061) 317-5414 - 313-4796 - CEP 70059-900 - DF

Para fazer a sua assinatura, entre no site www.sato.adm.br

O que acompanha na assinatura ?

- informativos editados duas vezes por semana (3ª e 6ª feiras);
- CD-Rom Trabalhista (guia prático DP/RH) devidamente atualizado;
- consultas trabalhistas por telefone e por e-mail (sem limite);

- acesso integral às páginas do site (restritas apenas aos assinantes);
 - notícias de urgência ou lembretes importantes, por e-mail;
 - requisição de qualquer legislação, pertinente a área, além dos arquivos disponibilizados no CD-Rom Trabalhista;
 - descontos especiais nos eventos realizados pela Sato Consultoria de Pessoal (cursos, palestras e treinamento in company).
-

Todos os direitos reservados

Todo o conteúdo deste arquivo é de propriedade de V. T. Sato (Sato Consultoria). É destinado somente para uso pessoal e não-comercial. É proibido modificar, licenciar, criar trabalhos derivados, transferir ou vender qualquer informação, sem autorização por escrito do autor. Permite-se a reprodução, divulgação e distribuição, mantendo-se o texto original, desde que seja citado a fonte, mencionando o seguinte termo:
"fonte: sato consultoria - www.sato.adm.br"